

HABEAS CORPUS Nº 568.082 - CE (2020/0072941-6)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
IMPETRANTE : FRANCISCO ROBERTO CASTELO BRANCO PEREIRA FILHO
ADVOGADO : FRANCISCO ROBERTO CASTELO BRANCO PEREIRA FILHO - CE038829
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : ANTONIUS ADELBERT VONK (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de **ANTONIUS ADELBERT VONK**, apontando como autoridade coatora o eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**.

Narra o impetrante que, com fulcro na Recomendação n. 62 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, relacionada às medidas recomendadas aos tribunais por conta da crise causada pela pandemia do corona vírus, pugnou perante o d. Juízo de primeiro grau a concessão de prisão domiciliar, saída antecipada ou liberdade provisória em favor do ora paciente, o qual encontra-se cumprindo pena provisoriamente; contudo, não obteve êxito no pleito.

Irresignada, a Defesa ajuizou o prévio **writ** perante o eg. Tribunal de origem, tendo a em. Desembargadora relatora **não conhecido** do **mandamus, monocraticamente** (fls. 38-40).

No presente **habeas corpus**, sustenta que o apenado "*é idoso com mais de 76 anos de idade e faz parte do grupo de risco para infecção pelo novo coronavírus – COVID-19*" (fl. 7).

Aduz ser possível o relaxamento da "*prisão do apelante, mediante ou não, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão uma vez que não se mostra razoável a manutenção de sua prisão*" (fl. 12).

Ao final, requer a concessão da ordem, inclusive liminarmente, *"para que o paciente seja posto, imediatamente, em liberdade, determinado o revogamento da prisão, a liberdade provisória, relaxamento de prisão ou concessão de saída antecipada ou caso entenda diverso, mediante ou não a aplicação das regras previstas no artigo 319 do CPP (medidas cautelares diversas da prisão preventiva, tais como recolhimento noturno, limitação de final de semana, apresentação mensal ao juízo do local onde reside, etc)"* (fl. 15).

É o relatório.

Decido.

O presente **habeas corpus** não comporta conhecimento, pois se trata, na verdade, de evidente **reiteração de pedido**, uma vez que a **quaestio** suscitada já é objeto de apreciação por esta Corte no **HC n. 567.936/CE**, de minha relatoria, que está em processamento.

Sobre a impossibilidade de conhecimento do **habeas corpus** quando configurada reiteração de pedidos, confirmam-se os seguintes julgados:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS INDEFERIDO LIMINARMENTE. REITERAÇÃO DE PEDIDO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O recurso ordinário traz pedido idêntico ao formulado no HC 393.851/BA e em ambos se ataca acórdão do Tribunal de Justiça da Bahia no Habeas Corpus n. 0023373-89.2016.8.05.0000. Referida impetração teve seu mérito julgado em maio do corrente ano.

2. Diante de inadmissível reiteração de pedidos, obstaculizado o conhecimento do recurso ordinário.

Agravo regimental desprovido." (AgRg no RHC 84.693/BA, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Pacionik**, DJe 16/08/2017)

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO. JUNTADA DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR. NECESSIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

INTERROGATÓRIO POR VIDEOCONFERÊNCIA. MATÉRIA PREJUDICADA. REITERAÇÃO DE PEDIDO. INDEFERIMENTO DE PROVAS. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. DENÚNCIA. DECISÃO DE RECEBIMENTO E AFASTAMENTO DA ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. RECURSO DESPROVIDO.

[...]

2. Resta impedido o exame quanto a temas já decididos nos autos de habeas corpus anteriormente impetrados, por se tratar de mera reiteração de pedidos.

[...]

8. Recurso em habeas corpus improvido." (RHC 84.050/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 16/08/2017)

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XX, e art. 210, ambos do RISTJ, **indefiro liminarmente** o processamento do presente **writ**.

P. I.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator